

RELATÓRIO

Audiência Pública: “A Educação de Jovens e Adultos em Salvador”

Local: Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador

Data: 27/03/2024

Horário: 10h às 12h30

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos

Vereador (PCdoB), Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Dr. Valmiro Santos Macêdo

Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Educação do Ministério Público do Estado da Bahia

Arielma Galvão

Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - APLB
Sindicato

Abertura

Augusto Vasconcelos

Lamentou as informações divulgadas por uma pesquisa na área da cidadania que apontava que Salvador ocupava, em sete indicadores, a pior colocação dentre as capitais brasileiras. Apontou que a pobreza, a concentração de renda e a desigualdade social eram problemas presentes em Salvador. Afirmou que o preceito fundamental da realização da audiência permeava o combate a essas problemáticas e a luta pela igualdade de oportunidades. Afirmou que lutar pela EJA significava lutar por inclusão, lutar para garantir igualdade de oportunidades, minimizar a pobreza e garantir que as pessoas tenham condições de concluir seus estudos e ter acesso à educação, direito constitucional consagrado.

Considerações da Mesa

Arielma Galvão

Salientou que a Educação de Jovens e Adultos - EJA configura-se como uma modalidade. Lamentou a ausência da Secretaria Municipal da Educação no evento, considerando que tal fato demonstrava mais uma vez a falta de compromisso do Município com a modalidade de ensino EJA em Salvador. Afirmou que uma das primeiras ações do Governo Bolsonaro foi acabar com a Secadi, Secretaria responsável pelas políticas voltadas para a modalidade EJA, o que impactou no aprofundamento da precarização da EJA no país. Citou o fechamento, em 48h, das 44 escolas de EJA promovido pelo então Secretário Municipal da Educação, Marcelo Oliveira, ocorrido no ano de 2021, ao que chamou de “fenômeno absurdo”. Contextualizou os fatos afirmando que a Prefeitura havia alegado a pandemia como eixo motivador para o fechamento das escolas, porém ponderou que aquele era o momento de fazer exatamente o oposto, fortalecer e dialogar com as escolas de EJA para angariar alunos e evitar mais evasões. Afirmou que esse movimento local reverberava a conjuntura nacional de desmonte da EJA. Pontuou que, ao assumir o Governo, o Presidente Lula recriou a Secadi e criou a primeira Comissão Nacional de Políticas Educacionais para EJA e Juventudes. Explicou que o objetivo desta Comissão é monitorar as políticas de EJA do país. Pontuou que o Governo Lula sinaliza compromisso com a Educação de Jovens e

Adultos, mas ponderou que os avanços nesse sentido vão depender do compromisso e vontade política dos Estados e Municípios. Constatou que a ausência da SMED na mesa da audiência demonstrava que o Município de Salvador não tem interesse em dialogar com o movimento nacional de reconstrução das políticas voltadas para EJA. Ressaltou que, segundo dados do IBGE, Salvador possui mais de 900 mil pessoas em situação de analfabetismo. Afirmou que a APLB realizou uma pesquisa junto à rede Municipal de Educação de Salvador e recebeu 42 respostas de diferentes escolas de todas as gerências regionais/territórios. Afirmou que na pesquisa foi feita a seguinte pergunta: “A SMED fechou turmas da EJA em sua escola em 2024?”, sendo que 78,7% dos entrevistados afirmaram que não e 21,4% afirmaram que sim. Ressaltou que esses dados demonstraram que a APLB conseguiu interromper o movimento de desmonte das escolas de EJA em Salvador, porém os 21% positivos evidenciavam o descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta. Afirmou que o TAC foi além da parte protocolar e se tornou uma referência de instrumento de política pública para Educação de Jovens e Adultos, servindo para orientar qualquer Município ou Estado sobre como fazer uma política decente de Educação para Jovens e Adultos, uma vez que reúne os principais instrumentos legais da EJA, além de dados baseados na escuta daqueles que utilizam o serviço. Citou o ponto 4.2.1, pág 17 do documento: “para a circunstância de surgir a necessidade de encerramento de atividades de unidade escolar de Educação de Jovens e Adultos tidas como deficitárias, o compromissário assume a obrigação de realizar consulta prévia e de solicitar o parecer técnico ao Conselho Municipal de Educação, considerando a legislação educacional que disciplina e educação básica na modalidade de jovens e adultos, procedendo à publicação dos atos administrativos atinentes à alteração na oferta da sobredita modalidade de ensino”. Seguiu citando o item 4.2.2: “para emissão do parecer do referido item anterior o Conselho Municipal de Educação consultará previamente o Conselho Escolar, a direção da unidade de ensino, docentes e discentes envolvidos”. Questionou se foi cumprido o que determina o instrumento legal no caso dos 21% que tiveram suas turmas de EJA fechadas, afirmando que “a caneta veio de cima para baixo”, determinando o fechamento sumário das turmas. Afirmou que o TAC está sendo descumprido nesse item. Abordou outra pergunta realizada na pesquisa: “A escola recebeu algum apoio para EJA em 2023?”, para a qual os professores, coordenadores pedagógicos e gestores de escola responderam que nenhum apoio foi recebido. Continuou dizendo que no TAC foi firmado o compromisso de que as escolas deveriam fazer um pré-cadastro antes da matrícula, com o intuito de conhecer a demanda de EJA na localidade. Afirmou que a pesquisa revelou que o processo se tornou muito complicado devido ao formulário online criado pela SMED, que tinha que ser respondido em casa, impedindo as escolas em sua autonomia de matricular os alunos na escola. Afirmou que a modalidade de EJA é voltada para a classe trabalhadora e que qualquer dificuldade para preencher o cadastro ou acessar

o sistema se tornava um obstáculo para a matrícula. Questionou o fato de o sistema de matrícula da EJA ser diferente das outras ofertas de ensino na cidade, dificultando o acesso e a matrícula dos interessados. Afirmou se tratar de um processo para desestimular e expulsar o aluno do sistema. Ressaltou que as dificuldades encontradas, inclusive aquelas relacionadas ao sistema de matrícula, são também uma sinalização de descumprimento do TAC. Continuou apresentando os resultados da pesquisa, citando a pergunta “Quais são as dificuldades encontradas?”, para a qual a maioria das respostas estava relacionada às dificuldades de acesso e utilização do sistema de matrícula. Afirmou que a APLB, após a análise de dados da pesquisa, concluiu que o TAC está sendo parcialmente descumprido. Afirmou que isso fere o Plano Nacional de Educação, fere a LDB e demais marcadores legais. Afirmou que a Prefeitura segue dificultando o acesso, a permanência e o sucesso da EJA como um direito dos trabalhadores. Afirmou que a APLB seguirá sendo uma entidade a fortalecer essa política. Citou um trecho da página 13: “A finalidade do presente ajustamento de conduta consiste no aprimoramento e implementação para corrigir o atual rumo de ensino da EJA”. Afirmou que existe uma Comissão de EJA que não se reúne desde o ano passado, mesmo após o envio de solicitações via ofícios, os quais não foram respondidos. Pontuou que das 44 escolas fechadas, nem metade foi reaberta ainda. Constatou que a busca ativa não está sendo implementada e que é preciso levar em consideração as diferenças na dinâmica da frequência escolar dos alunos de EJA. Contou que o carro de som que informa da matrícula nos bairros é contratado por meio de colaboração financeira dos próprios professores. Pontuou que o carro de som não pode ser considerado uma chamada pública, pelo fato de esta última envolver grandes campanhas publicitárias, campanhas em TV, busca ativa. Explicou que chamada pública é um instrumento de política pública que envolve vários elementos. Afirmou que a ampliação da discussão sobre a EJA, prevista como responsabilidade da SMED na página 31 do TAC, está sendo feita pela Ouvidoria, pelo Ministério Público, pela APLB e pelo movimento social. Esclareceu que a APLB não é contra a educação profissionalizante, mas que esta seja uma política concomitante à EJA, estando esta última em primeiro plano. Citou a página 33 do TAC, na qual se pede a formatação da política de alfabetização da EJA e a formação continuada aos professores, o que também não vem acontecendo. Concluiu que há vários indícios de descumprimento do sobredito Termo de Ajuste de Conduta.

Dr. Valmiro Macêdo

Afirmou que, historicamente, o trabalho de um governo avança enquanto o subsequente destrói tudo. Afirmou que as elites não gostam que as pessoas da classe dita inferior tenham conhecimento adequado para ter autonomia na sociedade. Citou os negros, os pobres e as pessoas LGBT, dentre outras, como as pessoas que majoritariamente têm o seu direito à educação violado, figuras estas que pagam um preço altíssimo por conta da falta de compromisso de determinados gestores e da própria sociedade. Pontuou que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil está prevista na Constituição de 1988, a qual prevê que o Estado deve assegurar à população uma educação de qualidade, inclusive para aquelas pessoas que não completaram o ensino na idade adequada. Afirmou que não se trata de um favor, mas sim de uma obrigação, de um dever dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, e que se cumpra a lei. Citou alguns trechos dos instrumentos legais: “Assegurar o direito àqueles que não conseguiram concluir o estudo fundamental e médio em idade apropriada, de 4 a 17 anos, bem como viabilizar, estimular o acesso e permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas e complementares; articular a educação à educação profissional”. Citou um trecho do discurso proferido por um secretário municipal em outra audiência pública sobre a EJA, cuja fala representa o descaso com a Educação de Jovens e Adultos e o escamoteando de sua própria obrigação: “Vamos focar no ensino de nossas crianças”. Contextualizou e explicou como funcionou todo o processo de audiências e reuniões que culminaram na elaboração do Termo de Ajuste de Conduta e elucidou sobre os prazos e respostas aguardados para o cumprimento do mesmo.

Comentários da Plenária

Márcia de Medeiros

Afirmou que o movimento social tem um diferencial na luta da EJA. Contou que se tornou pedagoga aos 40 anos de idade e que, já próximo dos 60, voltou a estudar, enquadrando-se, portanto, como estudante da modalidade EJA. Defendeu que se o documento normativo diz que há uma idade certa para ingressar no aparelho escolar, estudantes

como ela estão contradizendo ele. Ressaltou que estudar é um direito e que as condições que impedem as pessoas de estudar é que devem ser atacadas. Afirmou que se a representação da Secretaria Municipal de Educação não estava presente, é porque o órgão sabe que o Plano de Ação não está sendo cumprido. Contou que está havendo formação para professores desde fevereiro nos segmentos de educação infantil e ramos iniciais, mas os professores da EJA não foram chamados para formação. Afirmou que o aparelho ideológico do Estado trabalha para dificultar a presença, a permanência e o acesso dos educandos e educandas na EJA. Disse ser professora da EJA há 20 anos, tendo conhecimento do chão da escola. Afirmou que o TAC em si faz uma denúncia contra o Município, uma vez que demonstra tudo que teria que ser cumprido e que não está sendo. Concluiu pontuando que é negado ao estudante de EJA o direito ao acesso a bens culturais, ficando o ensino restrito e reduzido às aulas expositivas em sala de aula.

Márcia Bali

Abordou a importância da EJA como ferramenta que oportuniza escolarização a quem quer estudar. Afirmou que o Estado deve assumir seu papel de promover o acesso, a permanência e o sucesso aos estudantes da EJA conforme determina o TAC.

Rose Assis

Afirmou que o analfabetismo é historicamente o maior dos flagelos sociais, sendo a EJA uma ferramenta estruturada para trabalhar a superação desse flagelo. Afirmou que o Plano Nacional de Educação traz metas para a EJA, citando as metas 8 e 9, que trazem estratégias para a erradicação do analfabetismo na sociedade. Citou a Estratégia 8.1.6, que aborda a busca ativa dos sujeitos, e a meta 9.5, que trata da realização da chamada pública, explicando que essas metas se configuram como investimento na qualidade da educação, um olhar sensível e humano que o município não vem tendo. Comentou que os dados oriundos da pesquisa inicialmente citada revelam o total descumprimento do TAC. Comentou sobre a falta de investimento na formação de professores.

Augusto Vasconcelos

Abordou a dimensão da segurança pública como mais uma barreira imposta aos

estudantes de EJA frente à territorialização do crime organizado, principalmente com o fechamento de escolas, que obrigou muitos alunos vulnerabilizados a caminharem por áreas geograficamente muito mais extensas até chegarem à escola.

Valter Ribeiro

Comentou a ausência do Secretário da Educação, afirmando não haver surpresa nesta conduta. Lamentou a ausência da Presidente do Conselho Municipal.

Cléber Rosa

Falou da importância de enxergar a EJA como política reparatória, política pública compensatória, uma vez que esta só existe porque há uma negação do Estado brasileiro na garantia do direito à educação no seu percurso regular, sobretudo à população negra. Contextualizou que na década de 1950, 80% da população era analfabeta, sem acesso à escola. Explicou que a Educação para Jovens e Adultos começou como movimento popular de iniciativa de setores populares e que mesmo com a universalização da educação a partir da década de 80, não foi suficiente para garantir o acesso, e principalmente, a permanência de todos na educação. Ressaltou que a EJA é voltada para pessoas analfabetas e também para aquelas que evadiram por motivos diversos. Defendeu que a política de fechamento de escolas da EJA pode ser tratada como ato criminoso por parte da Administração Pública, sobretudo por expressar a absoluta falta de interesse com a educação, secundarizando a responsabilidade e priorizando os ajustes do orçamento desses entes governamentais. Ponderou que o argumento de que as salas de aulas estavam vazias deveria ter servido como incentivo para a Prefeitura adotar uma política responsável por trazer as pessoas que estavam fora da escola para dentro da sala de aula. Afirmou que 13% da população de Salvador é analfabeta, não sendo correto compreender o público da EJA apenas como aquele que procura a escola, mas sim como todas as pessoas que estão fora da escola e que precisam do acesso à educação. Afirmou que o Município precisa assumir a responsabilidade de levar essas pessoas para a sala de aula, garantindo políticas de estímulo. Propôs a realização de uma profunda e séria campanha para levar os estudantes para a escola, sendo esta a forma de resolver o problema das salas de aula vazias. Falou dos inúmeros obstáculos que os alunos enfrentam para se manter na sala de aula de EJA, seja por ter que trabalhar durante o dia e correr para a escola à noite, seja por estar desempregado e não possui recursos para comer ou para o

transporte, seja pela distância da escola. Reforçou a importância de compreender as particularidades e especificidades dos estudantes da EJA. Pontuou que as salas de aula da EJA não vão funcionar com 40 alunos, mas com 7 ou 8 e com faixa etária variada. Propôs discutir do ponto de vista pedagógico a adequação das turmas de EJA de acordo com suas especificidades.

Iumy Watanabe

Abordou o não fornecimento do tablet aos estudantes da EJA. Falou da constante ameaça que os professores da EJA vivem acerca de perderem suas escolas e turmas, além dos investimentos de recursos próprios para confecção de faixas e contratação de carros de som, dentre inúmeras outras necessidades não contempladas pela SMED. Comentou sobre a ausência de um referencial curricular da EJA, havendo somente uma caderneta de acompanhamento de frequência. Afirmou que não falta somente o tablet, mas todo o material pedagógico, recursos financeiros e mobiliário necessários para as turmas de EJA.

Considerações Finais

Arielma Galvão

Falou sobre a aprovação automática prevista na Portaria 190, portaria esta que a APLB está exigindo a revogação. Afirmou que embora em Salvador não tenha havido uma Portaria, na cidade acontece a aprovação em massa e automática. Afirmou que a APLB não defende uma política de reprovação, mas defende uma educação que garanta a autonomia dos alunos em seu percurso escolar e de vida, considerando que a aprovação em massa e automaticamente não favorece isso. Afirmou que Salvador tem adotado essa prática, inclusive passando por cima de conselhos de classe, prejudicando assim a autonomia escolar dos estudantes. Afirmou ter recebido, durante a audiência, uma ligação do Secretário Thiago Dantas, agendando uma audiência com a APLB para o dia 09/04, às 15h, para tratar da Educação de Jovens e Adultos na cidade.

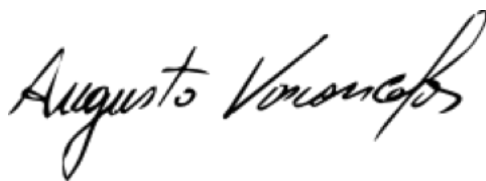
Dr. Valmiro Macêdo

Reafirmou o compromisso do Ministério Público em acompanhar e cobrar o cumprimento do TAC em conjunto com as representações ali envolvidas.

Encaminhamentos:

1. Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
2. Envio do relatório para:
 - Todas as entidades da Mesa
 - Gabinete do Prefeito

Salvador, 03 de maio de 2024.



Augusto Vasconcelos
Vereador
Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida
Coordenadora Técnica da Ouvidoria
Matrícula 6065

